



4 de abril de 2017

Relatório Executivo Saneamento



GO
associados





Negócios

REAJUSTE TARIFÁRIO E CÂMBIO MELHORAM RESULTADOS DAS MAIORES COMPANHIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO EM 2016

Luciana Nazar¹

Ao longo do último mês, quatro companhias estaduais de saneamento, Sabesp, Copasa, Sanepar e Cedae, divulgaram os resultados para o ano de 2016, resumidos no Quadro 1.

Quadro 1 – Companhias estaduais de saneamento

Companhia	SABESP			CEDAE			COPASA			SANEPAR		
	2016	2015	Var.	2016	2015	Var.	2016	2015	Var.	2016	2015	Var.
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	14.098	11.711	20,4%	4.281	4.057	6%	3.643	3.144	16%	3.372	3.103	9%
Resultado Financeiro Líquido (R\$ mil)	699	-2.456	-128%	7	-160.391	-105%	-201	-343	-41%	164	159	3%
EBITDA (R\$ mil)	4.571	3.974	15%	906	887	2%	1.396	1.032	35%	1.170	893	31%
Margem Ebitda	32,4%	33,9%	-4%	21,2%	21,9%	-3,2%	36,1%	30,3%	19%	33,7%	30,1%	11,9%
Lucro Líquido (R\$ mil)	2.947	536	450%	379	248	52%	434	-11	-3845%	626	438	43%
Dívida líquida (R\$ mil)	11.988	13.121	-9%	793	829	-4%	2.900	3.140	-8%	2.073	2.336	-11%
Dívida/EBITDA	2,78	3,3	-16%	1,68	1,75	-4%	2,1	3,6	-42%	1,8	2,4	-25%

Após analisar os balanços das companhias, podemos notar que o resultado foi positivo em todas elas. Foram os seguintes os comportamentos dos principais resultados financeiros e operacionais das empresas, quando comparados com os dos balanços de 2015:

- Todas as empresas tiveram um aumento expressivo na receita operacional líquida. O principal motivo para esse aumento foram os reajustes tarifários. Sabesp e Copasa, que tiveram aumentos mais expressivos, também contaram com um importante incremento no volume consumido de água e esgoto.
- A melhora no resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) dessas empresas ocorreu principalmente devido ao impacto positivo da valorização cambial. Com a valorização do real frente ao dólar, caem as despesas financeiras dessas companhias, que possuem boa parte do endividamento em moeda estrangeira. A Sanepar foi a empresa menos impactada por esse item por ter grande parte de seu endividamento em reais (moeda local).
- Como consequência do impacto no resultado financeiro mencionado acima, as companhias tiveram melhora significativa no lucro líquido. Entretanto, no caso da Sanepar, a melhora no

¹ Especialista em finanças pela FGV-SP. Consultora da GO Associados



Negócios

lucro líquido ocorreu principalmente pelo aumento da receita e pela gestão de custos, economia tributária e despesas. A economia tributária na Sanepar diz respeito a maiores saldos de caixa devido à baixa do imposto de renda (29% vs 32% anteriormente) e aos benefícios fiscais associados a uma maior distribuição de dividendos como resultado da mudança para juros sobre os pagamentos de capital contra dividendos regulares.

- Todas elas, com exceção da Copasa, tiveram uma redução na margem Ebitda, principalmente devido ao aumento nos custos operacionais, que foram impactados de forma relevante por reajustes salariais, verbas rescisórias e custos de energia. A Copasa teve um comportamento diferente devido ao programa de redução de custos da companhia.
- Com relação ao índice de Dívida/Ebitda, todas tiveram redução no índice e isso ocorreu devido ao aumento do Ebitda em termos absolutos e à redução na dívida líquida do período. As maiores reduções de dívida líquida ocorreram na Copasa e na Sanepar.

Após a análise desses balanços, podemos concluir que a performance dessas empresas foi muito boa e surpreenderam positivamente num momento de crise econômica e hídrica do país. As novas revisões tarifárias e os impactos cambiais continuam sendo temas para o monitoramento contínuo dessas empresas.

O bom desempenho das três empresas de capital aberto (Sabesp, Copasa e Sanepar) tem tido também reflexo na cotação de suas ações. Desde o início do ano, as ações dessas empresas subiram acima do Ibovespa (que em alta acumulada desde janeiro de 7,9%), sendo a maior alta da Sanepar (59,45% as ordinárias e 4,87% as preferenciais), seguida da Copasa (22,35%) e da Sabesp (13,44%).

VITÓRIA (ES) RECEBE ESTUDOS PARA PPP EM SANEAMENTO

- A prefeitura do município de Vitória, capital do Espírito Santo, recebeu um pré-estudo para uma parceria público-privada destinada à ampliação e operação dos sistemas de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto.
- O pré-estudo foi apresentado pela empresa Conasa ao conselho da Companhia de Desenvolvimento de Vitória na última semana, após a empresa protocolar pedido de autorização para estudos no mês de fevereiro deste ano.
- Segundo dados divulgados na mídia, o pré-estudo apresentado pela Conasa é para uma parceria público-privada de duração de 30 anos, pela qual o parceiro privado operaria o sistema de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, com a captação de água bruta permanecendo com a companhia estadual Cesan. O investimento previsto é da ordem de R\$ 3,1 bilhões para a universalização do atendimento de água e esgoto até 2025.
- A companhia estadual Cesan opera atualmente os serviços de saneamento em Vitória, mas não possui contrato de programa. Este é um dos pontos de desentendimento entre o governo estadual e municipal, que também discordam do nível de serviço prestado atualmente: a Cesan afirma tratar



Negócios

89% do esgoto da capital, enquanto a prefeitura afirma que este valor é de 77%. Os dados informados pelo SNIS estão no Quadro 2.

Quadro 2 – Vitória (ES): dados operacionais

População	Atendimento de água	Atendimento de esgoto	Tratamento de esgoto	Perdas de água
355.875	95,2%	51,9%	51,9%	32,7%

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2015)

ESTATAL CHINESA INTERESSADA NO SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO

- A companhia estatal chinesa CGGC (China Gezhouba Group) está com uma negociação em andamento para adquirir por R\$ 147 milhões a concessionária do Sistema Produtor São Lourenço. Atualmente, a concessionária é uma sociedade de Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa.
- A concessionária possui um contrato de parceria público-privada para construção do sistema produtor, que deve entrar em operação no início de 2018, com um investimento total de R\$ 2,84 bilhões. O prazo de duração do contrato é de 25 anos, e a produção será de cerca de 5 m³/s para atender 1,5 milhão de pessoas no estado de São Paulo.
- O investimento será o primeiro da companhia no setor de água fora da China.

REDUÇÃO DO ORÇAMENTO DO FGTS PARA SANEAMENTO NÃO TERÁ EFEITO PRÁTICO

- No último dia 27/03/2017 foi publicada no Diário Oficial da União uma redução no orçamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que financia o projeto Saneamento para Todos, do governo federal.
- O orçamento total foi reduzido em 33%, de R\$ 9 bilhões para R\$ 6 bilhões, uma diminuição de R\$ 5 bilhões para R\$ 3,3 bilhões para operadores públicos e de R\$ 4 bilhões para R\$ 2,7 bilhões para operadores privados.
- A redução não deve resultar em efeito práticos para o setor: no ano de 2015, último com dados oficiais divulgados, metade do orçamento dedicado ao programa foi utilizado. Segundo fontes do governo, cerca de R\$ 1 bilhão foi efetivamente contratado no ano de 2016, de um orçamento de R\$ 7,5 bilhões, e a tendência para o ano de 2017 é semelhante, logo, a redução ainda deixa a oferta de crédito acima do volume de crédito demandado pelo mercado.



Negócios

Quadro 3 – Saneamento para todos: Orçado x Realizado

Ano	Tipo de Prestador	Orçamento	Valor contratado	Valor contratado/ orçamento (%)
2011	Privado	1.048.605	366.953	35%
	Público	3.751.395	682.388	18%
2012	Privado	2.306.978	151.282	7%
	Público	2.693.022	394.888	14,66%
2013	Privado	549.131	549.129	100%
	Público	4.650.869	4.000.774	86%
2014	Privado	3.747.649	3.629.030	97%
	Público	3.805.051	3.102.331	81,53%
2015	Privado	2.067.715	1.032.934	50%
	Público	3.000.524	1.487.339	50%
2016	Privado	2.500.000	n/d	n/d
	Público	5.000.000	n/d	n/d
2017	Privado	4.000.000	n/d	n/d
	Público	5.000.000	n/d	n/d
2017 (novo)	Privado	2.700.000	n/d	n/d
	Público	3.300.000	n/d	n/d

BNDES E GOVERNO DO RJ RETOMAM NEGOCIAÇÕES

- Na última semana, o governo do estado do Rio de Janeiro e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) retomaram tratativas para que o banco lidere um possível o processo de privatização da companhia estadual.
- A Cedae foi uma das primeiras companhias incluídas no programa de desestatização do saneamento, em junho de 2016, mas houve divergências entre os modelos propostos pelo banco e pelo governo do estado. O BNDES seguiu com outros Estados, já tendo licitado os estudos técnicos para seis companhias.
- O BNDES já realizou licitações para contratar estudos de modelagem de projetos em sete Estados (Pará, Amapá, Rondônia, Maranhão, Alagoas, Sergipe e Pernambuco) e já prepara um segundo lote com outros cinco Estados (Acre, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina). O Rio de Janeiro, junto com Tocantins, Amazonas, Bahia e Piauí, deve ser objeto de uma terceira rodada de licitações para a contratação de consultorias.



Regulação

PROJETO DE LEI QUE PREVÊ CRIAÇÃO DE TARIFA PELA DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS É BENÉFICO PARA O SETOR DE SANEAMENTO

- Um dos problemas enfrentados por concessionárias de saneamento no Brasil é a baixa adesão, especialmente nos sistemas de esgotamento sanitário. É comum que a rede de esgoto esteja disponível e muitas residências não se conectem ao sistema.
- Nesse sentido, é positiva a proposta que foi incorporada ao PLS 291/13, em discussão no Senado para obrigatoriedade da ligação à rede pública de esgoto onde estiver disponível, sob pena de multa.
- O relator da matéria, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propõe para este assunto um substitutivo que instaura a cobrança de uma tarifa de disponibilidade dos serviços, independente da ligação à rede. Esta é uma possibilidade adequada, que, inclusive, pode substituir a cobrança de volume mínimo faturado, como ocorreu na última revisão tarifária da Copasa (MG).
- O projeto original, do ex-senador Cyro Miranda (PSDB-GO) prevê também a obrigação da cobrança separada das tarifas de água e esgoto. Neste caso, é necessária maior cautela, uma vez que a separação das cobranças poder gerar enorme custo logístico desnecessário para o setor do saneamento: as faturas de esgoto são tradicionalmente feitas com base no volume consumido de água, e a necessidade de dois sistemas de medição e faturamento geraria ineficiências que seriam, em última instância, pagas pelos consumidores através de tarifas mais altas.
- A GO Associados seguirá acompanhando o desdobramento desse projeto de lei.



Especial: resíduos sólidos

Nesta semana, o consultor especial da GO Associados e especialista em resíduos sólidos Alexandre Citvaras traz o último artigo de sua série sobre resíduos sólidos.

UMA NOVA FORMA DE OLHAR PARA O SETOR

Alexandre Citvaras²

Primeiro é preciso deixar claro que a gestão de resíduos é um sério problema de saúde pública e saneamento ambiental e que a solução para o fim dos lixões a céu aberto e do subemprego dos catadores de material reciclável e para o desenvolvimento de uma sólida indústria de reciclagem e valorização dos resíduos passa pela mudança de visão sobre o que é resíduos e qual é seu real valor por toda a sociedade, mas principalmente uma mudança quase filosófica sobre o papel dos gestores públicos e dos moradores das cidades.

Podemos dar diferentes nomes aos moradores das cidades brasileiras quando falamos de resíduos, como “usuário-cidadão” e “gerador-poluidor”, mas o nome que não sai da boca do povo é o de “o povo quem paga a conta”. Afinal, quem paga os impostos, taxas, contribuições e tributos de forma direta ou indireta que financia todo o aparato público em esfera federal, estadual e municipal é o cidadão que consome e se utiliza de bens e serviços. Em troca, deveria receber do estado serviços em quantidade e qualidade suficiente. Afinal, do que vale pagar e não receber.

Quanto vale a decisão de fechar os olhos para a gestão de resíduos de sua cidade e ser enganado pelo gestor público que não cumpre plenamente seus deveres e não administra seus recursos financeiros de maneira correta e transparente? Todos sabemos que nossa contribuição direta ou indiretamente para o financiamento dos serviços é compulsória. O mesmo pode ser discutido para a educação, saúde, segurança, mobilidade, iluminação pública e outros serviços que são responsabilidade da administração direta.

Em 2007, foi promulgada a Lei nº 11.445, a Lei de Saneamento. A norma traz como definição de saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais. Desta forma, finalmente, a gestão de resíduos foi corretamente colocada no rol dos serviços de saneamento e começou, mesmo que de forma incipiente, a ser discutida como serviço de saneamento pelos diferentes atores do setor.

A Lei trouxe interesse das empresas de saneamento pelo assunto, principalmente pela fatia chamada divisível, ou seja, os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final. Podemos destacar a

² Especialista em Gestão de Resíduos Sólidos e Energia Renovável. Consultor especial da GO Associados



Especial: resíduos sólidos

atuação da Sanepar no setor que, apesar de considerada uma empresa pequena, atualmente atua na coleta de resíduos e na operação de 3 aterros sanitários no norte do Paraná, atendendo a dezenas de municípios.

Apesar da Lei de Saneamento ser anterior a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010; PNRS), ela também foi responsável por trazer uma série de novas perspectivas importantes sobre a gestão de resíduos, bem como a Lei nº 11.079, a Lei da PPP, promulgada em 2004. Este arcabouço legal (PNRS, Lei do Saneamento e Lei da PPP) acabou por fomentar uma lenta, mas progressiva, mudança no mercado.

Atualmente existem dezenas de concessões tradicionais e PPPs de resíduos pelo país. Para não deixar de citar algumas, pode-se destacar Fortaleza (CE), Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e outras diversas cidades de médio porte como Osasco/SP, São Carlos/SP, Jacareí/SP, Barueri/SP, Paulista/PE, Nova Iguaçu/RJ e Joinville/SC entre poucos outros exemplos.

De acordo com dados do **Relatório Executivo da GO Associados** do mês de março de 2017, hoje existem 23 PPPs de saneamento (água e esgoto), mas somente 6 de resíduos sólidos, deixando claro que o setor e os gestores municipais ainda não entendem bem a relação direta entre todas as atividades do saneamento básico.

Apesar desta progressiva mudança de contratos de curta duração de até 5 anos, para contratos de 20 a 35 anos, presencia-se evolução significativa da eficiência dos modelos empregos quanto ao cumprimento das metas da PNRS. Em mais de 7 anos de vigência da Lei nº 12.305/2010, tivemos melhorias mínimas na redução dos lixões e no aumento da reciclagem. A concessões e PPPs brasileiras são meramente contratos de serviços esticados, em que não são colocados em prática os conceitos já bem estabelecidos nas concessões de saneamento, como regulação, fiscalização, qualidade, universalização, metas e transparência.

Grande parte da falta de investimento e de atratividade do setor de resíduos se deve à baixa qualidade dos recebíveis, mesmo em contratos de PPP e concessão. Como demonstramos anteriormente, os municípios são mal pagadores, além de que a maior parte não possui recursos específicos para o financiamento desta atividade, tornando o setor de alto risco e pouco atrativo a investidores internos e externos. Além disso, a falta de incentivos e financiamentos específicos para o setor.

A grande demanda atual dos empresários do setor está relacionada a obrigatoriedade da criação por parte dos municípios da Taxa ou Tarifa de Limpeza Pública, dependendo da situação contratual do município, de forma a estimular o desenvolvimento mais acelerado e contínuo dos contratos de longa duração e possibilitando a entrada de grandes investidores e a realização dos investimentos necessários e a manutenção dos serviços no longo prazo. Mas essa obrigatoriedade é legalmente muito difícil, ou quase impossível, dependendo sua implementação da sensibilidade e visão dos gestores públicos e das câmaras de vereadores dos municípios.



Especial: resíduos sólidos

As atuações do ministério público e dos tribunais de contas sobre a matéria deveriam ser muito mais diretas, pois muitas administrações estão contratando empresas sem a real capacidade de pagá-las, sabendo disso, e a implementação da taxa/tarifa de lixo pode garantir a estabilidade da prestação de um serviço essencial, a realização de investimentos, a redução de custos e melhorias gerais do setor.

Para o sucesso da PNRS, temos que colocar a lente da Lei de Saneamento e encerrar a gestão de resíduos como um efetivo serviço de saneamento e termos sua medição e cobrança feita diretamente ao cliente, dentro da lógica de quem gera mais, paga mais e vice e versa. A cobrança podendo até mesmo ser realizada através de um único boleto compartilhado de serviços de saneamento (água/esgoto/resíduos). A medição individualizada pode ser feita facilmente pela utilização de diferentes combinações de tamanhos de contêineres e frequências de coleta ou outras diferentes metodologias existentes mundo a fora. A partir deste novo olhar, poderemos trabalhar conceitos hoje muito menos desenvolvidos para a gestão de resíduos do que para o saneamento, como a universalização, a modicidade tarifaria, as soluções regionalizadas e a regulação.

Passos para universalização

A seguir trazemos 10 itens de suma importância que devemos perseguir atualmente para podermos dizer de forma contundente em um futuro breve que a PNRS “pegou” e está revolucionando o setor no país:

- 1) Revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos com a criação de propostas sólidas de formas de instituição da Taxa/Tarifa de Limpeza Pública, de regionalização da gestão através da participação dos estados, do financiamento dos investimentos e das metas de tratamento e valorização para as diferentes regiões.
- 2) Revisão do acordo setorial de embalagem de logística reversa, com a participação efetiva de todos os principais autores do setor (municípios, empresas de gestão, indústria/comércio e catadores) de forma a criar uma entidade capaz de gerenciar e regular a logística reversa e desenvolver o setor de reciclagem e valorização de resíduos nacional de forma estruturada, conectando triagem, beneficiamento e indústria.
- 3) Fomento de projetos de concessões e PPP's através dos estados e do BNDES, com utilização do FEP – Fundo de Estruturação de Projetos.
- 4) Criação de um arcabouço técnico/jurídico sólido sobre a estruturação da Taxa/Tarifa de Limpeza Pública.
- 5) Revisão da PNRS, para a inclusão da indicação da necessidade de criação da Taxa/Tarifa de Limpeza Pública para financiamento dos serviços de responsabilidade dos municípios.
- 6) Participação do Ministério Público como fiscalizador dos municípios e das empresas de forma a pressionar o setor para o atendimento da PNRS.



Especial: resíduos sólidos

- 7) Fiscalização dos tribunais de contas nos municípios de forma a garantir o cumprimento da Lei de responsabilidade fiscal e a penalização dos maus administradores. Evitar o não pagamento de contrato, bem como o superfaturamento.
- 8) Ampliação dos projetos de educação ambiental, buscando demonstrar claramente para os moradores das cidades os recursos requeridos pela gestão de resíduos, bem como sua responsabilidade sobre esses recursos, de forma a aproxima-los do assunto e trazer uma noção de causa e consequência. Quanto custa não separar? Quanto custa jogar lixo no chão?
- 9) Encorajamento dos gestores públicos quanto a necessidade da instituição da Taxa/Tarifa de Limpeza Pública.
- 10) Regulação e fiscalização transparentes através de terceira parte não relacionada, a exemplo das agências reguladoras federais e estaduais.



Links de interesse

- “Concessão de saneamento básico em Vitória pode valer R\$ 3 bilhões”, G1, 01/04/2017 - <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/concessao-de-saneamento-basico-em-vitoria-pode-valer-r-3-bilhoes.ghtml>
- “BNDES e Rio retomam conversas sobre privatização da Cedae”, Exame, 28/03/2017 - <http://exame.abril.com.br/economia/bndes-e-rio-retomam-conversas-sobre-privatizacao-da-cedae/>
- “Projeto que separa cobrança de água e esgoto gera debate na Comissão de Infraestrutura”, Senado Federal, 28/03/2017 - <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/28/projeto-que-separa-cobranca-de-agua-e-esgoto-gera-debate-na-comissao-de-infraestrutura>
- “Governo reduz em um terço dinheiro do FGTS voltado a saneamento básico”, Valor Econômico, 27/03/2017 - <http://www.valor.com.br/brasil/4915418/governo-reduz-em-um-terco-dinheiro-do-fgts-voltado-saneamento-basico>



Agenda Bianaual da Água

AGENDA BIANUAL DA ÁGUA – GO ASSOCIADOS

Próximos Eventos

31 de Março	Seminário Concessão em Saneamento <ul style="list-style-type: none"> O evento tem objetivo de esclarecer ao mercado como a nova modelagem de Concessões e PPPs pode ajudar a suprir a necessidade de investimento do setor. 	São Paulo - SP
12 a 13 Abril	VI Encontro Nacional das Águas <ul style="list-style-type: none"> O ENA nesta edição tem como tema: "Cidades Saneadas, uma realidade ao alcance do Brasil" 	São Paulo - SP

Eventos Futuros

2017	10 a 11 de Maio	Saneamento na rede: Tecnologias, modelos e experiências para a gestão do saneamento	Rio de Janeiro - RJ
	29 de Mai a 2 de Jun	14th IWA Leading Edge Conference on Water and Wastewater Technologies	Florianópolis -SC
	5 a 9 de Jun	VI Conferência Nacional das Cidades	Brasília - DF
	07 a 09 de Jun	BW Expo 2017 South America	São Paulo - SP
	11 a 14 de Jun	AWWA Annual Conference and Exposition (ACE 17)	Philadelphia (USA)
	19 a 22 de Jun	47º Congresso Nacional da ASSEMAE	Campinas - SP
	23 a 27 de Jul	11th IWA International Conference on Water Reclamation and Reuse	Long Beach - CA (USA)
	18 a 19 de Ago	I Congresso Brasil Norte de Engenharia Sanitária e Ambiental	Belém - PA
	27 de Ago a 01 de Set	SIWI World Water Week	Estocolmo (Suécia)
	12 a 14 de Set	WATEC Israel 2017	Tel Aviv (Israel)
	30 de Set a 04 de Out	Water Environment Federation Technical Exhibition & Conference 2017	Chicaco (USA)
	2 a 6 de Out	Fenasan 2017 / Fitabes 2017 / 29º Congresso Brasileiro Abes / 28º Encontro Técnico AESABESP	São Paulo - SP
	15 a 20 de Out	IDA 2017 World Congress on Water Reuse and Desalination	São Paulo - SP
	30 de Out a 03 de Nov	Amsterdam International Water Week 2017	Amsterdã - Holanda
26 de Nov a 1 de Dez	XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	Florianópolis -SC	
2018	18 a 23 de Mar	VIII Fórum Mundial da Água	Brasília - DF
	8 a 12 de Jul	Singapore International Water Week	Singapura



Concessões e Parcerias Público-Privadas

Modalidade	UF	Município	Objeto	Status	Acompanhamento
Concessão Comum	SP	Ubatuba	Água e esgoto	4. Suspenso	Fevereiro/2017 - Suspenso
Concessão Comum	SP	Mirandópolis	Água e esgoto	4. Suspenso	Fevereiro/2017 - Suspenso
Concessão Comum	RS	Erechim	Água e esgoto	4. Suspenso	Fevereiro/2017 - Suspenso
Concessão Comum	PR	Palmeira	Saneamento e Res. sólidos	4. Suspenso	Fevereiro/2016 – Suspenso
Concessão Comum	PA	Marabá	Água e esgoto	4. Suspenso	Janeiro/2014 - Audiência Pública suspensa
Concessão Comum	SP	Marília	Água e esgoto	4. Suspenso	Novembro/2016 – Processo suspenso pelo Tribunal e Justiça do Estado.
Concessão Comum	SC	Caçador	Água e esgoto	3. Licitação	Agosto/2016 – Três empresas entregaram propostas e foram homologadas.
Concessão Comum	MG	Montes Claros	Água e esgoto	4. Suspenso	Dezembro/2015 - Licitação suspensa pelo TCEMG (ausência de planejamento básico)
Concessão Comum	ES	São Mateus	Água e esgoto	4. Suspenso	Junho/2016 – Licitação suspensa pela justiça, em fase de defesa.
Concessão Comum	SP	Artur Nogueira	Água e esgoto	4. Suspenso	Junho/2016 – Suspenso
Concessão Comum	SC	Bombinhas	Água e esgoto	4. Suspenso	Março/2016 – Suspenso
PPP	ES	Vila Velha	Esgoto	3. Licitação	Novembro/2016 – Aegea declarada vencedora da licitação.
Concessão	MG	Ubá	Água e esgoto	3. Licitação	Julho/2016 – Propostas entregues. Licitação suspensa sem habilitação dos licitantes.
Concessão	SP	Serrana	Água e Esgoto	3. Licitação	Setembro/2016 – Republicação do edital após suspensão pelo TCE. Novo prazo para apresentar propostas: 07/11/2016
Concessão Comum	MT	Porto Alegre do Norte	Água e esgoto	3. Licitação	Setembro/2015 - Determinado prazo para submissão de propostas
Concessão Comum	SP	Conchal	Água e esgoto	3. Licitação	Março/2016 – Audiência pública realizada
PPP	BA	Feira de Santana	Água	2. Projeto	Janeiro/2016 - Governador já anunciou que pretende fazer uma PPP para abastecimento de água na cidade
Concessão Comum	ES	Lagarto	Água e esgoto	2. Projeto	Dezembro/2015 - Câmara aprovou o PL para concessão do Saneamento
Concessão Comum	BA	Itabuna	Água e esgoto	2. Projeto	Junho/2016 – Prefeito apresentou o projeto na cidade
PPP	GO	Goiás	Esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2014 - Saneago anuncia PMI para projeto de esgoto em 10 municípios do Entorno do Distrito Federal



Concessões e Parcerias Público-Privadas

Concessão Comum	SP	Mogi Mirim	Água e Esgoto	2. Projeto	Março/2016 – Audiência pública realizada
Concessão Comum	SC	Corupá	Água e esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2016 - Audiência pública realizada
PPP	ES	Cariacica e Viana	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
PPP	ES	Guarapari e Fundão	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
A definir	SC	Itaiópolis	Água e esgoto	1. Estudos	Setembro/2017 – Aviso de PMI para estudos de concessão de serviços de água e esgoto. Propostas devem ser entregues até 27/10/2016.
PPP	MG	Caxambu	Água e esgoto	1. Estudos	Maio/2016 - Aviso de PMI
PPP	RJ	Mangaratiba	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 – Prazo para PMI adiado para 20/07/2016
PPP	RO	Porto Velho	Esgoto	1. Estudos	Maio/2016 - Aviso de PMI; Prazo para inscrição: 30/05
PPP	PA	Canaã de Carajás	Água e esgoto	1. Estudos	Junho/2015 - Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse
Concessão ou PPP	RJ	Rio de Janeiro	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 - Estruturadora Brasileira de projetos está avaliando dois projetos, incluindo 16 municípios na Baixada Fluminense e 6 municípios no Leste Fluminense
PPP	RS	Erechim	Água e esgoto	1. Estudos	Dezembro/2015 - Aviso de autorização de PMI
Concessão Comum	SC	Navegantes	Água e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2015 – Prefeitura anuncia que realizará concessão de água e esgoto
Concessão ou PPP	RJ	Natividade	Esgoto	1. Estudos	Agosto/2016 – Prefeitura anuncia PMI para estudo de viabilidade da concessão ou PPP para esgotamento sanitário.
Concessão	SP	Iracemápolis	Água e Esgoto	1. Estudos	Junho/2016 – Prefeitura anunciou estudos para concessão dos serviços de água e esgoto.



Relatório Executivo Saneamento

Quadro 6 – Indicadores Macroeconômicos

	2012	2013	2014	2015	2016	2017P
Produto						
PIB (R\$ trilhões)	4,8	5,3	5,8	6,0	6,3	6,7
Crescimento real (Var. %)	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6	0,6
Agropecuária (Var. %)	-3,1	8,4	2,8	3,6	-6,6	6,0
Indústria (Var. %)	-0,7	2,2	-1,5	-6,3	-3,8	1,2
Serviços (Var. %)	2,9	2,8	1,0	-2,7	-2,7	-0,2
Mercado de Trabalho						
Taxa de Desemprego - PNAD Contínua (% média no ano)	7,4	7,1	6,8	8,5	11,5	12,7
Caged (saldo líquido de empregos formais em milhares)	868,2	1091,8	420,7	-1535,0	-1332,3	153,3
Finanças públicas						
Resultado primário (R\$ bilhões)	105,0	91,3	-32,5	-111,2	-155,8	-149,6
Resultado primário (% do PIB)	2,2%	1,7%	-0,6%	-1,9%	-2,5%	-2,2%
Dívida líquida (% do PIB)	32,2%	30,5%	32,6%	35,6%	46,0%	51,0%
Dívida bruta (% do PIB)	53,7%	51,5%	56,3%	65,5%	69,6%	73,9%
Inflação						
Inflação (var. % acum. no ano)	5,8	5,9	6,4	10,7	6,3	4,1
Juros						
Selic (% final do período)	7,30	10,00	11,80	14,25	13,75	9,50
Selic (% acumulado no ano)	8,50	8,20	10,90	13,37	14,17	10,77
Setor externo (US\$ bilhões)						
Saldo comercial	19,4	2,6	-4,0	19,7	47,7	50,8
Exportações	242,6	242,2	225,1	191,1	185,3	213,2
Var. (%)	-5,2	-0,2	-7,1	-15,1	-3,1	15,1
Importações	223,2	239,6	229,1	171,5	137,6	162,4
Var. (%)	-1,3	7,3	-4,4	-25,2	-19,8	18,0
Transações correntes	-54,2	-81,0	-90,9	-61,0	-23,5	-34,1
% do PIB	-2,2	-3,4	-3,9	-3,4	-1,3%	-1,6%
Taxa de câmbio (R\$ / US\$)						
Valor - final do período	2,04	2,34	2,66	3,90	3,26	3,20
Var. (%)	8,5	14,7	13,7	46,8	-16,5	-1,8
Valor - média anual	1,95	2,16	2,35	3,39	3,45	3,13
Var. (%)	16,77	10,77	8,80	44,13	1,84	-9,13

Fonte: Bacen, IBGE, FGV - (P) Projeção GO Associados



Relatório Executivo Saneamento

Quadro 7 – Capacidade dos reservatórios da Região Metropolitana de São Paulo

Nível dos Mananciais (% da capacidade normal)	21/03/2017	Há 1 mês	Há 1 ano
Cantareira	73,6	62,3	63,5
Alto Tietê	55,5	53,2	43,2
Guarapiranga	82,0	76,4	87,2
Alto Cotia	100,2	99,3	100,7
Rio Grande	90,9	91,4	96,3
Rio Claro	102,2	99,1	100,4

Fonte: Sabesp



Relatório Executivo Saneamento

Com periodicidade semanal, o Relatório Executivo Saneamento traz notícias exclusivas e relevantes do setor, além dos principais indicadores e uma agenda bianual com os eventos mais importantes

EXPERIÊNCIA E EXCELÊNCIA NA ÁREA DE SANEAMENTO

CONSELHO EDITORIAL



Álvaro José da Costa
Ex-presidente da Casal
Engenheiro Civil



Gesner Oliveira
Ex-presidente da Sabesp
Economista



Fernando Marcato
Ex-assessor Jurídico da Sabesp
Advogado



Marcio Saba Abud
Ex-diretor da Sabesp
Economista



Carlos Alberto Rosito
Vice-presidente da ABES
Engenheiro Civil



Artur Ferreira
Associado especializado em Saneamento
Administrador de Empresas

EDITORES



Pedro Scazufca
Ex-assessor da Presidência da Sabesp
Economista



Mauro Arbex
Editor do Relatório Executivo
Jornalista e Sócio da Letras & Fatos



GO Associados

A GO Associados adota as melhores práticas e conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento para propor soluções e parcerias para instituições público e privadas, mediante abordagem multidisciplinar

Sócios Executivos – São Paulo

**Gesner Oliveira
Fernando S. Marcato
Pedro Scazufca**

Sócios Executivos – Norte/Nordeste

**Álvaro José Menezes da Costa
Bruna Jucá Teixeira Monteiro**

Sócios Sêniores

**Régis P. Arslanian
Marcio Saba Abud

Contato

**Av. Brigadeiro Faria Lima, 2081 cj. 32
Jardim Paulistano – São Paulo, SP – Brasil
(11) 3030-6676**

**Rua Estudante Ubiracy Norberto Juazeiro de Farias, 193
Jatiúca – Maceió, AL – Brasil
(82) 3028-4049**

**Se quiser assinar o Relatório Executivo Saneamento, entre em contato:
relatorioexecutivo@goassociados.com.br**

+55 (11) 3030-6676